

DADOS SOBRE ESTUPRO NO BRASIL



Pontos-chave:

- » O estupro é enquadrado em dois grandes conceitos de violência: a violência de gênero e a violência sexual. Ainda hoje, há um grande desconhecimento sobre o fenômeno do estupro no Brasil, em particular no que tange à prevalência dos casos no universo da população.
- » Estimamos que ocorram 822 mil casos de estupro no Brasil por ano. Desse total, apenas 8,5% deles chegam ao conhecimento da polícia e 4,2% são identificados pelo sistema de saúde.
- » Os dados apontam que mais de 80% das vítimas são mulheres. Em relação aos agressores, em termos de gênero, a maioria é composta por homens, com destaque para quatro grupos principais: parceiros e ex-parceiros, familiares (sem incluir as relações entre parceiros), amigos(as)/conhecidos(as) e desconhecidos(as).
- » Há a necessidade de avanços nas fontes de informações sobre violência sexual e estupro no Brasil, especialmente, no que diz respeito à qualidade dos registros, e no sistema de atendimento às vítimas relacionado à segurança e à saúde como um todo. É fundamental, ainda, que o Estado produza a primeira pesquisa nacional sobre violência doméstica e sexual, para balizar de forma mais efetiva as políticas públicas de enfrentamento ao problema.

INTRODUÇÃO

A inexistência de pesquisas especializadas sobre violência sexual que contemplem o universo da população brasileira faz com que não saibamos, ainda hoje, qual o número de estupros que ocorre a cada ano no país. No intuito de contribuir com essa questão, este *policy brief* traz os principais achados da pesquisa “*Elucidando a prevalência de estupro no Brasil a partir de diferentes bases de dados*”, realizada pela DIEST/Ipea. O estudo teve como objetivo estimar a predominância de estupro e sua taxa de atrito nos sistemas de saúde e policial brasileiros, ainda que de forma aproximada, a partir da análise conjugada de dados da Pesquisa Nacional da Saúde (PNS/IBGE) e do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan/Ministério da Saúde).

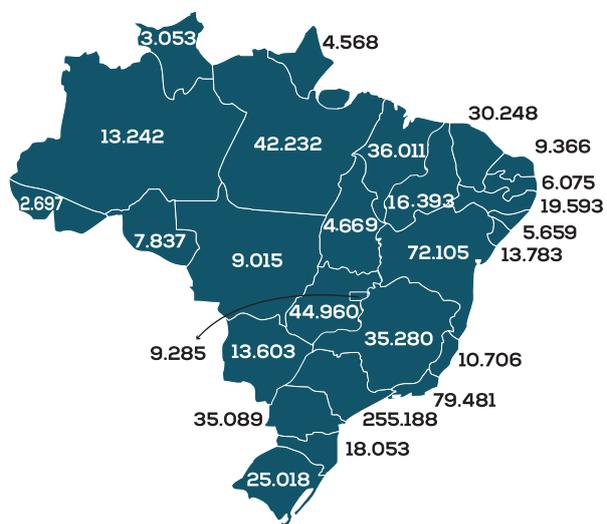
EVIDÊNCIAS

Detectadas a partir da análise conjugada de dados da PNS e do Sinan.



Taxa de atrito: total de informações sobre estupro que nunca chega ao conhecimento nem da polícia, nem do sistema de saúde.

ESTIMATIVAS DO NÚMERO DE ESTUPRO NO BRASIL, POR UF, EM 2019



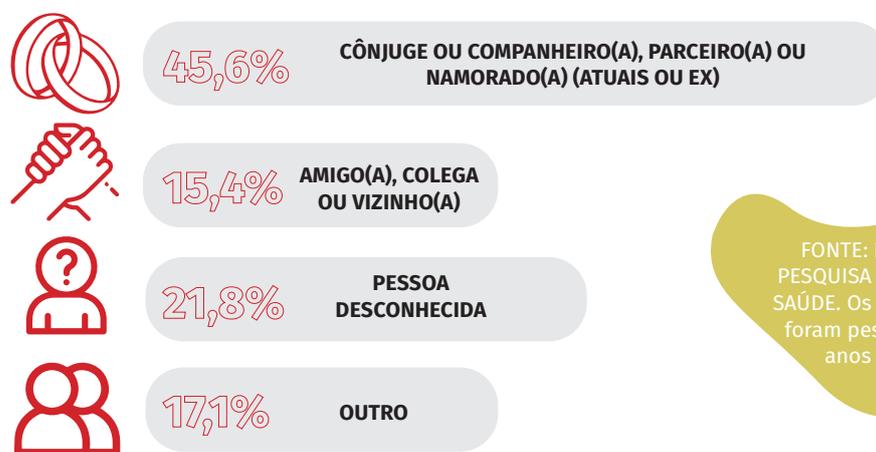
TAXA DE ATRITO NOS REGISTROS DE ESTUPRO DA POLÍCIA E NO SISTEMA DE SAÚDE POR UF, EM 2019

Acre De 19,33% a 12,83%	Maranhão De 2,28% a 1,55%	Rio de Janeiro De 5,02% a 3,95%
Alagoas De 13,42% a 9,51%	Mato Grosso De 7,07% a 5,04%	Rio Grande do Norte De 4,31% a 3,16%
Amapá De 5,33% a 3,48%	Mato Grosso do Sul De 5,04% a 3,62%	Rio Grande do Sul De 12,72% a 9,86%
Amazonas De 15,72% a 10,44%	Minas Gerais De 11,43% a 8,67%	Rondônia De 3,08% a 2,21%
Bahia De 1,46% a 1,07%	Pará De 6,38% a 4,41%	Roraima De 12,68% a 8,22%
Ceará De 4,47% a 3,28%	Paraíba De 7,43% a 5,37%	Santa Catarina De 10,37% a 7,89%
Distrito Federal De 17,54% a 13,25%	Paraná De 12,11% a 9,08%	São Paulo De 3,12% a 2,38%
Espírito Santo De 12,13% a 9,05%	Pernambuco De 12,08% a 8,95%	Sergipe De 2,94% a 2,11%
Goiás De 3,18% a 2,37%	Piauí De 4,31% a 3,13%	Tocantins De 20,11% a 14,29%

PROPORÇÃO DE CASOS E NOTIFICAÇÕES DE ESTUPRO SEGUNDO O SEXO DAS VÍTIMAS (2019)



PROPORÇÃO DE REGISTROS DE ESTUPRO SEGUNDO O PERFIL DO AGRESSOR (2019)



FORNTE: PNS/IBGE - PESQUISA NACIONAL DE SAÚDE. Os respondentes foram pessoas com 18 anos ou mais.

REGISTROS DE ESTUPROS NO SINAN, POR IDADE DA VÍTIMA (DADOS DE 2009 A 2019)

63.309

DE 0 A
10 ANOS

98.221

DE 11 A
20 ANOS

26.650

DE 21 A
30 ANOS

14.854

DE 31 A
40 ANOS

7.512

DE 41 A
50 ANOS

2.952

DE 51 A
60 ANOS

1.872

MAIS QUE
61 ANOS

DIAGNÓSTICO

Diagnóstico baseado nas evidências detectadas.

A partir dos dados da PNS e no Sinan, nossos cálculos aproximados indicam que, a cada ano, no Brasil, cerca de 822 mil pessoas são estupradas, ou quase dois estupros por minuto.

As vítimas principais são as mulheres. Em termos das relações de vítimas e agressores, destacam-se os parceiros e ex-parceiros, amigos(as)/conhecidos(as) e desconhecidos(as).

Apenas 8,5% dos estupros estão sendo identificados pelo sistema policial e 4,2% pelo sistema de saúde. Naturalmente, seria esperado que a taxa de atrito fosse maior na saúde, uma vez que nem todas as vítimas de estupro demandam serviços médicos ocasionados pelo crime em questão e nem sempre há a oferta desses serviços na região de residência da vítima. Por outro lado, muitos casos de estupro cujas vítimas foram acolhidas, em primeiro lugar, no sistema público de saúde, terminam sendo encaminhados à polícia.

Não observamos descontinuidade na distribuição dos registros de estupro a partir de 21 anos em relação às vítimas com até 20 anos. No entanto, os dados não fornecem elementos para afirmar se existe ou não maior subnotificação de casos em relação às vítimas adultas.

RECOMENDAÇÕES

Recomendações baseadas no diagnóstico.

É preciso investir em capacitação e estruturação de rotinas de notificações nos registros sobre estupros no país, desde a expansão da cobertura do Sinan (mais de mil municípios não apresentam anualmente nenhuma notificação de violência e/ou apresentam dados divergentes de outras fontes) a processos que evitem ou minimizem erros no preenchimento dos dados. E crucial, ainda, que o Estado produza a primeira pesquisa nacional sobre violência doméstica e sexual, para balizar de forma mais efetiva as políticas públicas de enfrentamento ao problema.

Soma-se a isso o enorme desafio relacionado aos vários problemas para a atenção à saúde e à segurança das vítimas de violência no Brasil, entre eles as desigualdades regionais da oferta de estrutura de delegacias e policiais e serviços médicos e psicológicos, assim como a capacitação descontínua e insuficiente dos profissionais, além de barreiras morais e religiosas que acabam por influenciar todo o processo.

EXPEDIENTE

ESTUDO: Elucidando a prevalência de estupro no Brasil a partir de diferentes bases de dados

Elaboração:

Helder Ferreira
Danilo Coelho
Daniel Cerqueira
Paloma Alves
Marcella Semente



**ATLAS DA
VIOLÊNCIA**

www.ipea.gov.br/atlasdaviolencia

EM QUESTÃO – Evidências para políticas públicas

Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia - Diest

Diretora substituta

Luseni Maria Cordeiro de Aquino

Diretora-adjunta substituta

Natália Massaco Koga

Núcleo de Disseminação de Pesquisa

Camila Escudero | edição

Raquel Tavares e Raphael Domingos | revisão

Víctor Gomes | design e diagramação